

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

A Administração da MONTEIRO ARANHA S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas sua proposta sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2017, nos termos abaixo propostos (“Proposta”).

CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	1
1. AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA E O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO RELATIVOS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.	3
2. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3
3. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2017	4
ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (ITEM 10 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009)	6
ANEXO II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/09)	30
ANEXO III - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (ITEM 13 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009)	35

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta e previstos nos artigos 9º e 12º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/2009”), encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no seu website (www.monteiroaranha.com.br), no website da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br), no website da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”) (www.bmfbovespa.com.br), bem como foram contemplados nos anexos da presente Proposta (“Anexos”).

O Anexo I, elaborado na forma preconizada pelo item 10 do Formulário de Referência da Companhia (“Formulário de Referência”), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480/2009”), registra os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia e tem por objetivo fornecer aos acionistas uma análise global dos negócios da Companhia.

O Anexo II, elaborado com as informações exigidas no Anexo 9-1-II da ICVM 481/09, contém a proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Anexo III, referente à remuneração dos administradores da Companhia, foi elaborado em conformidade com o item 13 do Formulário de Referência da Companhia, nos termos da Instrução ICVM 480/2009. A proposta de remuneração global dos administradores para o exercício de 2017 consta do item 3 do presente documento.

Permanecemos à disposição de V. Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Cordialmente,

Olavo Egydio Monteiro de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

1. AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA E O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO RELATIVOS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia, elaborados pela Diretoria da Companhia e auditados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, serão publicados no “Diário Oficial do Rio de Janeiro” e no jornal “Monitor Mercantil” no dia 07 de abril de 2017 e publicados os anúncios, de que trata o art. 133 da Lei nº 6.404/1976, nos respectivos jornais no dia 29 de março de 2017.

Assim, com base nos documentos e informações, a Administração propõe à Assembleia Geral a aprovação das contas dos administradores, do relatório e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

2. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou lucro líquido no montante de R\$ 211.190.029,85.

Em razão do lucro líquido apurado, propõe-se a seguinte destinação do resultado:

(a) R\$ 10.559.501,49 para a conta de reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido realizado no exercício social de 2016, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76;

(b) ratificar o pagamento dos juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 89.000.000,00, sujeitos à incidência de imposto de renda retido na fonte à alíquota aplicável a cada caso, dos quais R\$ 50.261.632,09, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da legislação em vigor, sendo imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, declarados pela Diretoria da Companhia e pagos no decorrer do exercício;

(c) o saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 111.630.528,36, à conta de reserva de investimentos, para realização de investimentos de interesse da Companhia.

3. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2017

A administração propõe a aprovação da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2017 no montante de até R\$ 11.600.000,00, sem encargos, incluindo os benefícios para o período de janeiro de 2017 a dezembro de 2017, observada a seguinte composição:

Exercício social de 2017 – Previsto (*)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00		13,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00		11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	400.000,00	6.700.000,00		7.100.000,00
Benefícios direto e indireto	1.300.000,00	2.050.000,00		3.350.000,00
Participações em comitês	1.150.000,00	0,00		1.150.000,00
Outros (INSS)	310.000,00	1.340.000,00		1.650.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS – ÔNUS DA COMPANHIA	INSS – ÔNUS DA COMPANHIA		INSS – ÔNUS DA COMPANHIA
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração (**)	3.160.000,00	10.090.000,00		13.250.000,00

(*) Remuneração total prevista para o Exercício Social de 2017 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

Por último, caso haja pedido de acionistas para instalação do Conselho Fiscal para o exercício de 2017, nos termos da Lei nº 6.404/76, a administração propõe a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal no limite mínimo de 10% (dez por cento) da média da remuneração fixa mensal da Diretoria Estatutária da Companhia.

Informações adicionais sobre a remuneração dos administradores prevista para o exercício de 2017 estão disponíveis no Anexo III.

Permanecemos à disposição de V. Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Cordialmente,

Olavo Egydio Monteiro de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (Item 10 da Instrução CVM 480/2009)

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia acredita que apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

As receitas da Companhia provêm, principalmente, das participações societárias e das aplicações financeiras que detém.

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia estão baseadas em sua posição de caixa e aplicações financeiras e boa previsibilidade de fluxo de caixa provenientes de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas.

Comparativo entre o ano base 2016 e o ano base 2015

Em 2016, a Companhia e suas controladas tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 403 milhões e um contas a receber de curto prazo de R\$ 34 milhões. O passivo de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro 2016 era de R\$ 120 milhões contra R\$ 111 milhões em 31 de dezembro de 2015, composto, basicamente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 111 milhões), fornecedores habituais (R\$ 4 milhões) e dividendos declarados e não pagos (R\$ 2 milhões). O lucro líquido da Companhia passou de R\$ 96 milhões em 2015 para R\$ 211 milhões em 2016, correspondente a um acréscimo de 120% devido a uma maior receita de equivalência patrimonial de uma de suas coligadas.

Em 2016, foram pagos Juros sobre Capital Próprio no montante total de R\$ 136 milhões.

Comparativo entre o ano base 2015 e o ano base 2014

Em 2015, a Companhia e suas controladas tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 458 milhões e um contas a receber de curto prazo de R\$ 19 milhões. O passivo de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro 2015 era de R\$ 111 milhões contra R\$ 7 milhões em 31 de dezembro de 2014, composto, basicamente, por Juros Sobre Capital Próprio declarados e não pagos (R\$ 40 milhões), impostos a pagar (R\$ 9 milhões), e obrigações com operações financeiras (R\$ 57 milhões). O lucro líquido da Companhia passou de R\$ 184 milhões em 2014 para R\$ 96 milhões em 2015, correspondente a um decréscimo de 48% devido a uma menor receita de equivalência patrimonial de uma de suas coligadas.

Em 2015, foram pagos Dividendos (R\$ 120 milhões) e Juros sobre Capital Próprio (R\$ 13 milhões) no montante total de R\$ 133 milhões.

Comparativo entre o ano base 2014 e o ano base 2013

Em 2014, a Companhia e suas controladas apresentavam um saldo de caixa e de aplicações financeiras de R\$ 303 milhões e um contas a receber de curto prazo de R\$ 27 milhões. O passivo de curto prazo da Companhia, em 31 de dezembro 2014, era de R\$ 7 milhões, composto, basicamente, de provisões de impostos, taxas e encargos sociais, bem como de fornecedores habituais, contra R\$ 17 milhões em 31 de dezembro de 2013, composto, basicamente, pelos dividendos mínimos obrigatórios a pagar. O lucro líquido da Companhia passou de R\$ 106 milhões de 2013 para R\$ 184 milhões em 2014, valor correspondente a 74% de acréscimo.

Em 2014, foram pagos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, no montante total de R\$ 72 milhões.

b) estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2016, a Diretoria julgava que a estrutura de capital da Companhia era adequada para suprir as suas necessidades. O Capital Próprio da Companhia e suas controladas, representado pelo seu Patrimônio Líquido, era de R\$ 1.304 milhões. O endividamento bruto era de R\$ 45 milhões e o caixa e aplicações financeiras eram de R\$ 403 milhões, conseqüentemente o endividamento líquido era negativo em R\$ 358 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, a Diretoria julgava que a estrutura de capital da Companhia era adequada para suprir as suas necessidades. O Capital Próprio da Companhia e suas controladas, representado pelo seu Patrimônio Líquido, era de R\$ 1.188 milhões. O endividamento bruto era de R\$ 21 milhões e o caixa e aplicações financeiras eram de R\$ 458 milhões, conseqüentemente o endividamento líquido era negativo em R\$ 436 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014, a Diretoria julgava que a estrutura de capital da Companhia era adequada para suprir as suas necessidades. O Capital Próprio da Companhia e suas controladas, representado pelo seu Patrimônio Líquido, era de R\$ 1.289 milhões. A Companhia e suas controladas não tinham endividamento e o caixa e aplicações financeiras eram de R\$ 303 milhões, conseqüentemente o endividamento líquido era negativo em R\$ 303 milhões.

Endividamento

Em dezembro de 2016, o endividamento de R\$ 45 milhões refere-se a um empréstimo contraído pela controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”.

Em dezembro de 2015, o endividamento de R\$ 21 milhões refere-se a um empréstimo contraído pela controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”.

Em dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas não possuíam empréstimos e financiamentos contratados com instituições financeiras.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam um saldo de empréstimo de R\$ 45 milhões, destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”. Apresentavam um passivo circulante de R\$ 120 milhões, contra R\$ 111 milhões, em 31 de dezembro de 2015, composto, basicamente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 111 milhões), fornecedores habituais (R\$ 4 milhões) e dividendos declarados e não pagos (R\$ 2 milhões). A Companhia e suas controladas detinham, no final de 2016, um contas a receber de curto prazo, no valor de R\$ 34 milhões, além de um caixa e de aplicações financeiras de R\$ 403 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuíam um saldo de empréstimo de R\$ 21 milhões, destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”. Apresentavam um passivo circulante de R\$ 111 milhões, contra R\$ 7 milhões, em 31 de dezembro de 2014, composto, basicamente, por Juros Sobre Capital Próprio declarados e não pagos (R\$ 40 milhões), impostos a pagar (R\$ 9 milhões) e obrigações com operações financeiras (R\$ 57 milhões). A Companhia e suas controladas detinham, no final de 2015, um contas a receber de curto prazo, no valor de R\$ 19 milhões, além de um caixa e de aplicações financeiras de R\$ 458 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas não possuíam empréstimos e financiamentos e apresentavam um passivo circulante de R\$ 7 milhões, composto, basicamente, de provisões de impostos, taxas, encargos sociais, bem como de valores devidos aos fornecedores habituais. Detinham, ao final de 2014, um contas a receber de curto prazo no valor de R\$ 27 milhões e um caixa e aplicações financeiras de R\$ 303 milhões.

A Companhia e suas controladas não apresentaram endividamento financeiro líquido ao final dos últimos três exercícios de 2016, 2015 e 2014, uma vez que os saldos de caixa, de equivalentes de caixa, e de títulos e valores mobiliários foram superiores ao financiamento contraído e, portanto, a Diretoria julgava não haver problema em relação a capacidade de pagamento da Companhia em relação aos compromissos financeiros assumidos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Em 2016 não foram contratados novos financiamentos.

Em 2015, a controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. contratou empréstimo destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”, no valor total de R\$ 61 milhões, dos quais foram utilizados R\$ 21 milhões no ano de 2015 e R\$ 24 milhões no ano de 2016.

Para financiamento de capital de giro, foram utilizados recursos originados das suas próprias disponibilidades e capacidade de geração de caixa.

Em 2014, a Companhia e suas controladas utilizaram suas próprias disponibilidades e capacidades de geração de caixa para financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, não possuindo empréstimos e financiamentos contratados com instituições financeiras.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em função da geração de caixa, decorrente de seus investimentos e de sua disponibilidade de caixa e de aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas não apresentam deficiências de liquidez. Contudo, a Administração entende que poderá acessar o mercado de capitais através da obtenção de linhas de financiamento com instituições financeiras para capital de giro ou investimento, com taxas compatíveis com o mercado, levando em consideração que a Companhia tem a possibilidade de oferecer garantias reais baseadas nos seus ativos existentes em 31 de dezembro de 2016.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda:

Conforme descrito na seção 10.1.b, o endividamento líquido da Companhia era negativo ao final dos últimos três exercícios de 2016, 2015 e 2014.

Em 2016 não foram contratados novos financiamentos.

Em 2015, a controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. contratou empréstimo destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”, no valor total de R\$ 61 milhões, dos quais foram utilizados R\$ 21 milhões no ano de 2015 e R\$ 24 milhões no ano de 2016.

Em 2014, a Companhia e suas controladas não possuíam empréstimos e financiamentos.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, no valor total de R\$ 61 milhões, contratado com o Banco Bradesco S.A. Do valor contratado, foram liberados R\$ 21 milhões no ano de 2015 e R\$ 24 milhões no ano de 2016.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Em 2016, a Companhia, através do FIP Oslo, assumiu o compromisso de integralização de cotas em outros Fundos de Participação, no valor total de R\$ 10 milhões, ao longo dos 5 anos subsequentes.

iii. grau de subordinação entre as dívidas:

Não há grau de subordinação por existir somente uma dívida.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, a distribuição de dividendos, a alienação de ativos, a emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário:

Não há restrições.

g) limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

O limite contratado, em 2016, é de R\$ 61 milhões e destina-se ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”. O saldo passivo em aberto foi de R\$ 45 milhões em 31 de dezembro de 2016, o que representa 74% do financiamento contratado.

O limite contratado, em 2015, era de R\$ 61 milhões e destinava-se ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”. O saldo passivo em aberto foi de R\$ 21 milhões em 31 de dezembro de 2015, o que representa 34% do financiamento contratado.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia e suas controladas não possuíam empréstimos e financiamentos.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Elaboração das Demonstrações Financeiras

Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (Controladora), a Companhia adotou todos os pronunciamentos técnicos, seguindo as respectivas interpretações e orientações técnicas, emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM que, juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Nos anos de 2016, 2015 e 2014, não ocorreram alterações significativas.

Resumo das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os quadros abaixo representam os balanços patrimoniais e demonstrações do resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais)

	Consolidado						VARIÇÕES - AH	
	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	31/12/2014	AV	31/12/2016 e 31/12/2015	31/12/2015 e 31/12/2014
RECEITAS OPERACIONAIS								
Resultado de equivalência patrimonial	257.340	99%	(16.840)	130%	119.709	96%	n/a	n/a
Outras receitas	3.553	1%	3.893	-30%	4.910	4%	-9%	-21%
	<u>260.893</u>	<u>100%</u>	<u>(12.947)</u>	<u>100%</u>	<u>124.619</u>	<u>100%</u>	n/a	n/a
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Gerais e administrativas	(45.484)	-17%	(51.113)	395%	(36.115)	-29%	-11%	42%
Outras receitas operacionais, líquidas	91.415	35%	41.176	-318%	79.427	64%	122%	-48%
	<u>45.931</u>	<u>18%</u>	<u>(9.937)</u>		<u>43.312</u>	<u>35%</u>	n/a	n/a
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>306.824</u>	<u>118%</u>	<u>(22.884)</u>	<u>177%</u>	<u>167.931</u>	<u>135%</u>	n/a	n/a
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	145.796	56%	210.466	-1626%	95.452	77%	-31%	120%
Despesas financeiras	(256.093)	-98%	(62.544)	483%	(78.105)	-63%	309%	-20%
	<u>(110.297)</u>	<u>-42%</u>	<u>147.922</u>	<u>-1143%</u>	<u>17.347</u>	<u>14%</u>	n/a	753%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>196.527</u>	<u>75%</u>	<u>125.038</u>	<u>-966%</u>	<u>185.278</u>	<u>149%</u>	57%	-33%
IMPOSTO DE RENDA E CSLL								
IRPJ e CSLL corrente	(470)	0%	(797)		(4.229)			
IRPJ e CSLL diferido	16.318	6%	(27.760)	214%	2.867	2%	n/a	n/a
	<u>15.848</u>	<u>6%</u>	<u>(28.557)</u>	<u>221%</u>	<u>(1.362)</u>	<u>-1%</u>	n/a	1997%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>212.375</u>	<u>81%</u>	<u>96.481</u>	<u>-745%</u>	<u>183.916</u>	<u>148%</u>	120%	-48%
Participação de minoritários	(1.185)	0%	(502)	4%	439	0%	136%	n/a
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>211.190</u>	<u>81%</u>	<u>95.979</u>	<u>-741%</u>	<u>184.355</u>	<u>148%</u>	120%	-48%

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

	Consolidado						VARIÇÕES - AH	
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2016 e 31/12/2015	31/12/2015 e 31/12/2014
	AV		AV		AV			
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	33.384	2%	3.638	0%	3.573	0%	818%	2%
Títulos e valores mobiliários	370.077	24%	452.993	32%	289.441	21%	-18%	57%
Créditos com Operações Financeiras	1.607	0%	4.734	0%	-	0%	-66%	n/a
Juros sobre Debêntures	10.892	1%	6.400	0%	14.968	1%	70%	-57%
Dividendos a receber	28.245	2%	12.650	1%	10.310	1%	123%	23%
Contas a receber	4.275	0%	1.957	0%	1.992	0%	118%	-2%
Impostos a recuperar	5.417	0%	7.720	1%	1.802	0%	-30%	328%
Outros	1.245	0%	1.307	-	-	0%	-5%	n/a
Total do ativo circulante	455.142	29%	491.399	34%	322.086	23%	-7%	53%
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo:								
Títulos e valores mobiliários	-	0%	-	0%	10.016	1%	n/a	n/a
Partes relacionadas	18.863	1%	432	0%	60	0%	4266%	620%
Estoque de imóveis a comercializar	118.360	8%	71.124	5%	51.588	4%	66%	38%
Juros sobre Debêntures	7.784	0%	23.291	2%	17.235	1%	-67%	35%
Outros	1.450	0%	1.448	0%	1.416	0%	0%	2%
Investimentos em controladas e coligadas	914.388	58%	795.275	55%	914.472	67%	15%	-13%
Propriedade para investimentos	29.298	2%	30.870	2%	33.140	2%	-5%	-7%
Outros investimentos	183	0%	132	0%	133	0%	39%	-1%
Imobilizado	20.302	1%	20.599	1%	21.271	2%	-1%	-3%
Intangível	131	0%	169	0%	273	0%	-22%	-38%
Total do ativo não circulante	1.110.759	71%	943.340	66%	1.049.604	77%	18%	-10%
TOTAL DO ATIVO	1.565.901	100%	1.434.739	100%	1.371.690	100%	9%	5%
PASSIVO CIRCULANTE								
Salários e encargos sociais	1.168	0%	1.331	0%	1.198	0%	-12%	11%
Impostos e taxas a recolher	981	0%	9.054	1%	1.833	0%	-89%	394%
Dividendos e JCP a pagar	1.537	0%	40.185	3%	582	0%	-96%	6805%
Provisão para perda de investimentos	117	0%	158	0%	111	0%	-26%	42%
Fornecedores	3.885	0%	1.375	0%	910	0%	183%	51%
Obrigações com Operações Financeiras	110.739	7%	57.146	4%	-	0%	94%	n/a
Obrigações fundos exclusivos	1.176	0%	1.594	0%	1.461	0%	-26%	9%
Contas a pagar aquisição de imóveis	-	0%	85	0%	783	0%	n/a	-89%
Total do passivo circulante	119.603	8%	110.928	8%	6.878	1%	8%	1513%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Partes relacionadas	31	0%	31	0%	30	0%	0%	3%
Tributo diferido	92.075	6%	110.520	8%	71.169	5%	-17%	55%
Adiantamentos de clientes	4.050	0%	4.050	0%	4.049	0%	0%	0%
Empréstimo e Financiamentos	44.568	3%	20.631	1%	-	0%	116%	n/a
Outros	1.384	0%	580	0%	581	0%	139%	0%
Total do passivo não circulante	142.108	9%	135.812	9%	75.829	6%	5%	79%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	716.838	46%	716.838	50%	716.838	52%	0%	0%
Reservas de lucros	604.225	39%	481.542	34%	565.137	41%	25%	-15%
Ajustes de avaliação patrimonial	(17.020)	-1%	(10.632)	-1%	6.926	1%	60%	n/a
Tota do patrimônio líquido	1.304.043	83%	1.187.748	83%	1.288.901	94%	10%	-8%
Participações de minoritários	147	0%	251	0%	82	0%		
consolidado	1.304.190	83%	1.187.999	83%	1.288.983	94%	10%	-8%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.565.901	100%	1.434.739	100%	1.371.690	100%	9%	5%

COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS DE RESULTADOS OPERACIONAIS APURADOS NOS EXERCÍCIOS

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Receitas Operacionais

Receita de equivalência patrimonial

O resultado positivo de R\$ 257 milhões de equivalência patrimonial, apresentado em 2016, representou um aumento de R\$ 274 milhões em relação ao resultado negativo de R\$ 17 milhões de 2015, devido, basicamente, à equivalência patrimonial positiva da Klabin S.A., no valor de R\$ 181 milhões em 2016, contra uma equivalência patrimonial negativa de R\$ 91 milhões em 2015.

Receitas e (Despesas) Operacionais

Gerais e Administrativas

A redução de R\$ 6 milhões, entre 2016 e 2015, representou um decréscimo de 11%, devido, principalmente, à menor incidência de PIS e COFINS sobre Receitas Financeiras diferidas em função de perdas nas Carteiras de Ações dos Fundos Exclusivos da Companhia em função da variação cambial.

Outras receitas operacionais líquidas

A variação comparativa, entre 2016 e 2015, foi positiva em R\$ 50 milhões devido, principalmente, ao aumento no ganho de capital devido à maior alienação de ações.

Resultado Financeiro Líquido

A variação negativa do resultado financeiro, entre 2016 e 2015, de R\$ 258 milhões se deve a perdas, principalmente, nas Carteiras de Ações dos Fundos Exclusivos da Companhia em função da variação cambial, e perdas nas operações com instrumentos de hedge.

Imposto de renda e Contribuição Social diferidos

IRPJ e CSSL diferidos

A variação do imposto de renda e contribuição social de R\$ 44 milhões refere-se à reversão de provisão dos tributos diferidos, devido, principalmente, à desvalorização nas Carteiras dos Fundos Exclusivos da Companhia, em 2016.

COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS DE RESULTADOS OPERACIONAIS APURADOS NOS EXERCÍCIOS

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Receitas Operacionais

Receita de equivalência patrimonial

O resultado negativo de R\$ 17 milhões de equivalência patrimonial, apresentado em 2015, representou uma redução de R\$ 137 milhões em relação ao resultado de R\$ 120 milhões de 2014, devido, basicamente, à equivalência patrimonial negativa da Klabin S.A., no valor de R\$ 91 milhões em 2015, contra uma equivalência patrimonial positiva de R\$ 55 milhões em 2014.

Receitas e (Despesas) Operacionais

Gerais e Administrativas

O incremento de R\$ 15 milhões, entre 2015 e 2014 deve-se, principalmente, à incidência de PIS e COFINS sobre Receitas Financeiras diferidas (R\$ 11 milhões) e correntes (R\$ 1 milhão) a partir de julho de 2015.

Outras receitas operacionais líquidas

A variação comparativa, entre 2015 e 2014, foi negativa na ordem de R\$ 38 milhões devido à redução no ganho de capital em função da menor alienação de ações, e ao fato de, em 2014, a Ultrapar ter adquirido a Extrafarma, o que gerou aumento no Patrimônio Líquido daquela coligada e conseqüente impacto nas outras receitas da Companhia, o que não ocorreu em 2015.

Resultado Financeiro Líquido

A variação positiva do resultado financeiro, entre 2015 e 2014, de R\$ 131 milhões se deve a ganhos, principalmente, nas Carteiras de Ações dos Fundos Exclusivos da Companhia, bem como a maiores juros sobre debêntures adquiridas da Klabin S.A. em função da variação cambial, e ganhos nas operações com instrumentos de hedge.

Imposto de renda e Contribuição Social diferidos

IRPJ e CSSL diferidos

A variação do imposto de renda e contribuição social de R\$ 27 milhões refere-se à provisão dos tributos diferidos, devido, principalmente, à valorização nas Carteiras dos Fundos Exclusivos da Companhia em 2015.

COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de Caixa

A variação de R\$ 30 milhões deve-se à maior alocação das disponibilidades em CDB's de bancos em substituição às Debêntures (operações compromissadas).

Títulos e Valores Mobiliários

O decréscimo de R\$ 83 milhões em ações, na conta de títulos e valores mobiliários, decorre da desvalorização nas carteiras de ações dos Fundos Exclusivos da Companhia em função majoritariamente da variação cambial e do aumento da participação das aplicações em renda fixa em substituição à renda variável.

Juros sobre Debêntures

A variação positiva de R\$ 4 milhões decorre do maior provisionamento dos juros das debêntures da Klabin S.A., seguindo cronograma de pagamento.

Dividendos a Receber

A variação de R\$ 16 milhões decorre do maior provisionamento de dividendos declarados das investidas Klabin S.A. (R\$ 12 milhões), Mapisa I S.A. (R\$ 2 milhões) e Ultrapar S.A. (R\$ 1 milhão).

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Partes Relacionadas

A variação de R\$ 18 milhões decorre do maior nível de aportes realizados pela Companhia nas investidas Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (R\$ 16 milhões) e Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. (R\$ 2 milhões) a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Estoques de Imóveis a Comercializar

O Incremento de R\$ 47 milhões nos estoques decorre do desenvolvimento da obra do empreendimento "Torre 1º de Março".

Juros sobre Debêntures

A variação de R\$ 15 milhões decorre do menor provisionamento dos juros em reais a receber sobre as debêntures de Klabin S.A. refletindo a variação cambial em 2016.

Investimentos em Controladas e Coligadas

O acréscimo de R\$ 119 milhões decorre do aumento dos investimentos: (i) na coligada Klabin S.A., no valor de R\$ 89 milhões, (ii) na coligada Ultrapar S.A., no valor de R\$ 20 milhões, e (iii) pela aquisição da coligada HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A. no valor de R\$ 21 milhões.

PASSIVO CIRCULANTE

Impostos e taxas a recolher

O decréscimo de R\$ 8 milhões decorre do pagamento em 2016 de IRRF incidentes sobre Juros sobre Capital Próprio, declarados ao final de 2015.

Dividendos a pagar

A redução de R\$ 39 milhões decorre do pagamento em 2016 dos Juros sobre Capital Próprio, declarados no final do exercício de 2015.

Obrigações com Operações Financeiras

O saldo de R\$ 111 milhões refere-se à operação BOVA 11 (ETF – *Exchange Traded Fund* - negociado na BM&F BOVESPA). Em 2015, em um movimento para proteger o portfólio da empresa de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia alugou e vendeu a descoberto 1.330.500 ações de BOVA11. Ao final do exercício de 2016 eram 1.900.260 ações de BOVA11.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Tributo Diferido

O decréscimo de R\$ 18 milhões refere-se, principalmente, às perdas dos Fundos Exclusivos da Companhia em função da variação cambial, acarretando menor provisão de IR e CSLL, bem como a menor incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras diferidas.

Empréstimos e Financiamentos

O acréscimo de R\$ 24 milhões refere-se à liberação de parcela de empréstimo contratado pela controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”.

COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

ATIVO CIRCULANTE

Títulos e Valores Mobiliários

O acréscimo de R\$ 164 milhões, na conta de títulos e valores mobiliários, decorre da valorização nas carteiras de ações dos Fundos Exclusivos da companhia e aplicações em Letras Financeiras do Tesouro devido, majoritariamente, à variação cambial.

Juros sobre Debêntures

A variação de R\$ 9 milhões decorre da diferença entre parcelas provisionadas dos juros das debêntures da Klabin S.A., tendo em consideração que ao final de 2014, seguindo cronograma de pagamento, havia 12 meses provisionados e em 2015 somente 6 meses, uma vez que houve o pagamento de parte do saldo em julho de 2015.

Impostos a Recuperar

O incremento de R\$ 6 milhões deve-se às retenções de IR e CSLL incidentes, principalmente sobre receitas financeiras, sem possibilidade de recuperação no exercício, em razão da inexistência de Lucro Fiscal tributável no período.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Títulos e Valores Mobiliários

O decréscimo de R\$ 10 milhões, decorre da transferência para o Ativo Circulante em razão da proximidade do resgate de Letras Financeiras resgatadas em 2016.

Estoques de Imóveis a Comercializar

O Incremento de R\$ 19 milhões nos estoques decorre do desenvolvimento da obra do empreendimento “Torre 1º de Março”, em 2015.

Juros sobre debêntures

A variação de R\$ 6 milhões decorre do maior provisionamento dos juros em reais a receber sobre as debêntures de Klabin S.A. refletindo a variação cambial em 2015.

Investimentos em Controladas e Coligadas

O decréscimo de R\$ 119 milhões decorre da redução do investimento na coligada Klabin S.A., no valor de R\$ 134 milhões, em função majoritariamente da equivalência patrimonial negativa de R\$ 91 milhões e dos dividendos recebidos de R\$ 33 milhões de Klabin S.A., em 2015.

PASSIVO CIRCULANTE

Impostos e taxas a recolher

O acréscimo decorre do IRRF incidentes sobre Juros sobre Capital Próprio, declarados ao final de 2015.

Dividendos a pagar

O saldo de R\$ 40 milhões a pagar refere-se a Juros sobre Capital Próprio, declarados no final do exercício de 2015, para serem pagos em 2016.

Obrigações com Operações Financeiras

O saldo de R\$ 57 milhões refere-se à operação BOVA 11 (ETF – *Exchange Traded Fund* - negociado na BM&F BOVESPA). Em 2015, em um movimento para proteger o portfólio da empresa de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia alugou e vendeu a descoberto 1.330.500 ações de BOVA11.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Tributo Diferido

O acréscimo de R\$ 39 milhões refere-se, principalmente, aos maiores ganhos dos Fundos Exclusivos da Companhia, acarretando maior provisão de IR e CSLL, bem como a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras diferidas, a partir de julho de 2015.

Empréstimos e Financiamentos

O acréscimo de R\$ 21 milhões refere-se à liberação de parcela de empréstimo contratado pela controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”.

10.2 Os diretores devem comentar

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Por ser uma *holding*, praticamente, a totalidade do resultado operacional da Companhia é composto pelo resultado de participações societárias (equivalência patrimonial), outras receitas operacionais e de receitas financeiras.

Receita de equivalência patrimonial

As receitas de equivalência patrimonial são provenientes substancialmente da participação da Companhia nos lucros de suas coligadas Ultrapar S.A. e Klabin S.A.

Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais são provenientes substancialmente do resultado da venda de ativos da Companhia bem como receitas de aluguel e royalties.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras da Companhia são provenientes, basicamente, de (i) aplicações em títulos e valores mobiliários, realizadas através de Fundos Exclusivos da Companhia e Fundos Não Exclusivos; (ii) aplicações financeiras – a exemplo de Debêntures, CDBs e LFs, vinculados ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); (iii) aplicações financeiras – a exemplo de LFTs, vinculados ao percentual de taxa Selic; e (iv) operações financeiras – a exemplo de Índice Ibovespa futuro e ETF (Bova 11).

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Resultados operacionais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Em 2016, a Companhia apresentou um lucro de R\$ 211 milhões, representando um aumento de 120% em relação a 2015, devido ao resultado positivo de equivalência patrimonial, no valor de R\$ 257 milhões, decorrente das suas participações societárias na Klabin S.A. e Ultrapar S.A.

Em 2016, a variação negativa do resultado financeiro de R\$ 258 milhões em relação a 2015, decorre, principalmente, de perdas nas carteiras de ações dos Fundos Exclusivos da Companhia, e de menores juros sobre debêntures adquiridas da Klabin S.A. em função da variação cambial, e de perdas nas operações de contratos de índice Ibovespa futuro e ETF do IBOVESPA – BOVA11.

Resultados operacionais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Em 2015, a Companhia apresentou um lucro de R\$ 96 milhões, representando uma redução de 48% em relação a 2014, devido ao resultado negativo de equivalência patrimonial, no valor de R\$ 17 milhões, decorrente da sua participação societária na Klabin S.A.

Em 2015, a variação positiva do resultado financeiro de R\$ 131 milhões em relação a 2014, decorre, principalmente, de ganhos nas carteiras de ações dos Fundos Exclusivos da Companhia, de ganhos nas operações de contratos de índice Ibovespa futuro, e de maiores juros sobre debêntures adquiridas da Klabin S.A. em função da variação cambial.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Por ser uma *holding*, praticamente, a totalidade do resultado operacional da Companhia é composta pelo resultado de participações societárias (equivalência patrimonial). Os impactos das variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio,

inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, podem ser observados nos comentários dos resultados divulgados pelas investidas Klabin S.A. e Ultrapar S.A.

c) **impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

Variação Cambial – A Companhia mantém, através de seus Fundos Exclusivos, investimentos em ações com exposição ao dólar, desta forma, parcela dos resultados financeiros está suscetível à variação cambial, conseqüentemente a desvalorização do dólar no período afetou negativamente o resultado dos Fundos Exclusivos que detinham ações com exposição em dólar. A Companhia detém debêntures conversíveis em ações, emitidas pela Klabin S.A. cujo valor, para fins de atualização e cálculo de juros, é atrelado ao dólar, desta forma, parcela dos resultados financeiros está suscetível à variação cambial, conseqüentemente a desvalorização do dólar no período afetou negativamente o valor dos juros em reais das referidas debêntures.

Variação no Preço de Ações – Índice Bovespa e Bova 11 - Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia utilizou instrumentos para se precaver de possíveis quedas do mercado de ações, desta forma, parcela dos resultados financeiros está suscetível à variação dos preços das ações, conseqüentemente a valorização do Índice Bovespa no período afetou negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia investe através de seus fundos exclusivos em ações negociadas na BM&FBOVESPA e em bolsas estrangeiras e, portanto, está exposta à variação do preço desses ativos. Para administrar o risco decorrente de investimentos em ações, a carteira é diversificada com gestão profissional, de acordo com os limites estabelecidos pela Companhia.

Taxa de Juros – Como a Companhia mantém parte de suas Aplicações Financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Fundos de Renda Fixa, a redução da taxa de juros no período afetou negativamente a parcela dos resultados financeiros que está suscetível à variação das taxas de juros.

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou segmentos operacionais que tenham tido efeitos relevantes nas demonstrações financeiras, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

i. Klabin S.A.

Em 2016, a Companhia alienou 5.858.700 Units da Klabin S.A.. Tais recursos foram direcionados para o caixa da Companhia e para operações financeiras.

ii. Ultrapar S.A.

Em 2016, a Companhia alienou 435.300 ações ordinárias da investida Ultrapar Participações S.A.. Tais recursos foram direcionados para o caixa da Companhia e para operações financeiras.

iii. Novas participações

Em 2016, a Companhia adquiriu, através da sua controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., 17.977.500 quotas da HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A., por R\$ 20.819 representando 25% do capital da investida. Trata-se de empreendimento misto localizado em São Paulo em parceria com a Helbor. A aprovação do projeto encontra-se em andamento e a expectativa é de que possa ser lançado em 2018.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Estrutura de Fundos de Investimento

Em janeiro de 2015, o Fundo Oslo incorporou o Fundo Petra e passou a ser denominado Oslo Fundo de Investimento em Participações (FIP Oslo). A carteira do FIP Oslo é composta pelo investimento na Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.

Com essas mudanças, a estrutura dos Fundos Exclusivos passou a ser a seguinte:

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

SEGMENTO	OSLO	BUCARESTE III	BERGEN
Gestão	BANCO MODAL	BANCO CREDIT SUISSE	BANCO SAFRA
Administração	BANCO MODAL	INTRAG ITAÚ	BANCO MODAL
Custódia	BANCO BRADESCO	INTRAG ITAÚ	BANCO BRADESCO

i. Klabin S.A.

Em 2015, a Companhia alienou 1.393.400 Units da Klabin S.A.. Tais recursos foram direcionados para o caixa e para as operações financeiras da Companhia.

ii. Ultrapar S.A.

Em 2015, a Companhia alienou 167.500 ações ordinárias da investida Ultrapar Participações S.A., cujos recursos foram direcionados para o caixa e para as operações

financeiras da Companhia. No mesmo período, a coligada Ultrapar Participações S.A. recomprou 6,1 milhões de ações de sua própria emissão.

iii. Novas participações

Em março de 2015, a Companhia constituiu a controlada Masa Administradora de Recursos Financeiros Ltda., detendo 90% do capital da investida.

Em abril de 2015, a Companhia constituiu a controlada Masa Mineração Ltda., detendo 99,99% do capital da investida.

Em outubro de 2015, a Companhia adquiriu participação de 90% do capital social da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

i. Estrutura de Fundos de Investimento

Em 2014, o Fundo Oslo foi cindido e teve a sua carteira de ações transferida para o fundo constituído em decorrência da cisão, Bergen Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior, mantendo seus investimentos, através do Fundo FIP Petra, passando a ter a seguinte estrutura, conforme detalhado abaixo:

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

<u>SEGMENTO</u>	<u>OSLO</u>	<u>BUCARESTE III</u>	<u>BERGEN</u>	<u>PETRA</u>
Gestão	BANCO SAFRA	BANCO CREDIT SUISSE	BANCO SAFRA	BANCO MODAL
Administração	BANCO MODAL	INTRAG ITAÚ	BANCO MODAL	BANCO MODAL
Custódia	BANCO BRADESCO	INTRAG ITAÚ	BANCO BRADESCO	BANCO BRADESCO

ii. Klabin S.A.

Em 2014, a Companhia alienou 8.228.300 ações preferenciais da Klabin S.A. e os recursos gerados nessa alienação foram direcionados para aquisição de 1.600.000 debêntures conversíveis em ações, emitidas pela Klabin S.A.

iii. Ultrapar S.A.

Em janeiro de 2014, a Ultrapar Participações S.A. incorporou a totalidade das ações de emissão da Extrafarma que passou a ser uma controlada integral da Ultrapar S.A. Em consequência, foram emitidas 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Ultrapar Participações S.A. A Companhia não integralizou capital na transação acima.

iv. Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.

Em novembro de 2014, a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., controlada indireta da Companhia, incorporou 19.200.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., mediante parcela vertida do patrimônio do Fundo de Investimentos em Participações Petra.

Em dezembro de 2014, a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. adquiriu da Property Brasil S.A. 13.200.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., passando a deter 100% do seu capital social.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

10.4 - Os Diretores devem comentar

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS, vigendo a partir de 2017, que poderiam ocasionar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações em práticas contábeis que trouxessem efeitos significativos.

c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres da auditoria externa para as demonstrações financeiras de 2016, 2015 e 2014.

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A Companhia entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas, as quais requerem o uso de estimativas e julgamentos subjetivos necessários para auferir os valores apresentados em suas demonstrações financeiras.

As premissas utilizadas foram baseadas em conhecimento e experiência da Administração e de especialistas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza os ativos e passivos diferidos baseados nas diferenças entre os valores contábeis e a base tributária de ativos e passivos. Esses valores são revisados periodicamente pela Companhia.

A Companhia acredita na realização do passivo diferido líquido suportado pelas projeções de resultado, no entanto, seu valor é sujeito à incerteza, tendo em vista que depende da concretização dos lucros tributáveis para os períodos futuros.

Imobilizado e Intangível

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, apurada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terreno, o qual não é depreciado. A avaliação da vida útil dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

Perdas pela não recuperabilidade de ativos (“impairment”).

São revistos, anualmente, os saldos de imobilizado e outros ativos, baseados em estimativas para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou eventos e alterações que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando há perda significativa, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável.

10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia e suas controladas não possuem arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia e suas controladas não possuem carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia e suas controladas não possuem contratos relevantes de futura compra e venda de produtos ou serviços.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de construção não terminada.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Empréstimo de Financiamento de Construção

Em 2015, a controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. contratou empréstimo destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”, no valor total de R\$ 61 milhões, sendo que destes, foram utilizados R\$ 21 milhões no ano de 2015 e R\$ 24 milhões no ano de 2016.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6 os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Empréstimo de Financiamento de Construção

A Companhia e suas controladas pretendem utilizar a totalidade do montante disponibilizado de R\$ 61 milhões ao longo da obra, alterando o valor do passivo, e incorrendo em juros e correção monetária, pelo índice da caderneta de poupança, trazendo impactos sobre o seu resultado.

b. natureza e o propósito da operação

Empréstimo de Financiamento de Construção

A Companhia adotou as práticas usuais do mercado Imobiliário para a construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”, contratando financiamento à produção de modo a otimizar a estrutura de capital do empreendimento.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Empréstimo de Financiamento de Construção

Foram assumidas como obrigações pela Companhia: garantia hipotecária, caução dos recebíveis e fiança bancária.

A Companhia figura como responsável solidária, de forma ilimitada, no cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas pela controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&F BOVESPA, tendo como principal atividade a participação em outras sociedades, sendo as principais Ultrapar S.A. e Klabin S.A.

A Companhia acompanha também com interesse e atenção a evolução do setor imobiliário no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, onde atua no desenvolvimento e na incorporação de edifícios residenciais e comerciais, construídos em áreas privilegiadas, para várias classes sociais, com prioridade para as faixas A e B, a partir de projetos de alta qualidade e em regiões com comprovado potencial de crescimento.

Em 2014, foi lançado com sucesso o empreendimento “Nobre Norte Residencial”, em parceria com a Cyrela, com oferta de 470 unidades em terreno adjacente ao Norte Shopping, sendo que, no final do exercício de 2016, 85% das unidades já haviam sido vendidas.

Ao final de 2014 foi constituída uma “holding imobiliária” sob a denominação de Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., com capital social atual de R\$ 84 milhões, com o objetivo de concentrar os negócios imobiliários da Companhia, realizados através de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE’s), com participação de diversos acionistas, inclusive estrangeiros.

Em 2015, foram concluídos quatro empreendimentos residenciais, quais sejam, “Constable Galerie” na cidade de Fortaleza; “Expresso 2222, Residência & Charme” na cidade de Salvador; “Evidence” e “Conde du La Paix” nos bairros de Jacarepaguá e Tijuca, respectivamente, ambos na cidade do Rio de Janeiro. Esses empreendimentos, somados aos três concluídos anteriormente na cidade do Rio de Janeiro (“Solar do Conde” no bairro de Botafogo, “Vila Cordovil” e “Via Carioca”, ambos no bairro de Cordovil) totalizam mais de 1.100 unidades residenciais entregues aos seus clientes.

Também em 2015, através de uma de suas controladas, Timbutuva Empreendimento Ltda., a Companhia celebrou um contrato de parceria com a Alphaville Urbanismo S.A para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo, PR, de propriedade dessa sociedade. Tal projeto se encontra em fase preliminar e dependerá de estudos e providências a serem ainda realizados, dentre essas a obtenção das licenças obrigatórias, estimando-se, assim, que sua conclusão, se viável for, somente possa vir a ocorrer a médio prazo.

Em 2016 obtivemos o Habite-se do último empreendimento residencial (Constable Galerie” na cidade de Fortaleza – Concluído em dezembro de 2015) integrante do nosso primeiro veículo de investimento, MAPISA 1 S.A, uma parceria entre Monteiro Aranha e um investidor estrangeiro. Também em 2016, voltamos a investir no mercado de São Paulo capital, através da SPE HESA 159, em parceria com a HELBOR S./A. para a realização de um projeto multiuso em terreno adquirido da Semp Toshiba, ora em fase de aprovação de projeto e obtenção das licenças necessárias.

Atualmente, dentre os projetos que estão em desenvolvimento, destaca-se o empreendimento “Torre 1º. de Março”, padrão “AAA”, no Centro do Rio de Janeiro, cuja conclusão está prevista para maio de 2017. Este projeto foi agraciado com o “Prêmio Master Imobiliário 2013”, organizado pela ADEMI, na categoria “Projeto de Prédio Comercial de Médio Porte”. Ao final do período, o Capital subscrito da MAPISA atingiu o montante de R\$ 155 milhões, frente aos R\$ 84 milhões da sua constituição.

Para 2017, nossa intenção é seguir analisando oportunidades que sejam identificadas nos segmentos imobiliários mais penalizados pela alta dos juros, onde a Companhia vem trabalhando na identificação de potenciais negócios e parceiros.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos imobiliários são efetivados através de Sociedades de Propósito Específico, que além do Capital Próprio investido pelos acionistas, contam com financiamento bancário para a produção, a maioria no âmbito do SFH. Todos os investimentos imobiliários com exceção de um, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., são sociedades controladas em conjunto com outras incorporadoras e, portanto, esses financiamentos não são consolidados no balanço da Companhia.

Em 2016 não foram contratados novos financiamentos para os projetos em andamento. Para financiamento de capital de giro e para outros investimentos em ativos não circulantes, foram utilizados recursos originados das suas próprias disponibilidades e capacidade de geração de caixa.

Em 2015, a controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. contratou empréstimo destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”, no valor total de R\$ 61 milhões, dos quais foram utilizados R\$ 21 milhões no ano de 2015 e R\$ 24 milhões no ano de 2016, devendo o restante ser sacado no primeiro semestre de 2017. Para financiamento de capital de giro e para outros investimentos em ativos não circulantes, foram utilizados recursos originados das suas próprias disponibilidades e capacidade de geração de caixa.

Em 2014, a Companhia e suas controladas utilizaram suas próprias disponibilidades e capacidades de geração de caixa para financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, não contraindo empréstimos e financiamentos perante instituições financeiras.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Considerando que a Companhia é uma sociedade de participações, decisões de investimento e desinvestimento são naturais em suas operações. As decisões de investimentos ou desinvestimentos são aprovadas pelos órgãos decisórios de MASA de acordo com o estatuto social da Companhia. .

- b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montante total gasto pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há pesquisas em andamento.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os seguintes projetos encontram-se em desenvolvimento:

- “Torre 1º. de Março” – Empreendimento comercial de padrão “AAA” localizado no Centro do Rio de Janeiro com conclusão prevista para maio de 2017;
- “Nobre Norte” – Empreendimento desenvolvido em parceria com a Cyrela, lançado no 2º semestre de 2014. Sua construção encontra-se em fase final e a previsão de entrega das chaves é setembro de 2017.
- “Alphaville Campo Largo” – Em 04 de março de 2015, através de uma de suas controladas, Timbutuva Empreendimento Ltda., a Companhia celebrou um contrato de parceria com a Alphaville Urbanismo S.A para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo, PR, de propriedade dessa sociedade. Tal projeto se encontra em fase preliminar e dependerá de estudos e providências a serem ainda realizados, dentre essas a obtenção das licenças costumeiras, estimando-se, assim, que sua conclusão, se viável for, somente possa vir a ocorrer a médio prazo;
- Hesa 159 – Empreendimento misto localizado em Chácara Santo Antônio na cidade de São Paulo em parceria com a Helbor. A aprovação do projeto encontra-se em andamento e a expectativa é de que possa ser lançado em 2018;
- Teixeira de Mello – Empreendimento residencial localizado em Ipanema, com lançamento previsto para o 1º semestre de 2017.

iv. montante total gasto pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há produtos ou serviços em desenvolvimento.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção, incluindo informações relevantes sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.

ANEXO II DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/09)

1 - Informar o Lucro Líquido do exercício:

Em 2016, o lucro líquido foi de R\$ 211.190.029,85.

2 - Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados:

A Companhia distribuiu juros sobre o capital próprio, atribuído ao lucro do exercício de 2016, conforme relacionado abaixo:

<u>Início Pagto.</u>		<u>Vlr. p/ação</u>	<u>Valor Pago</u>
06/05/2016	JCP	0,979494207	12.000.000,00
01/07/2016	JCP	1,224367759	15.000.000,00
01/09/2016	JCP	1,224367759	15.000.000,00
05/12/2016	JCP	0,979494207	12.000.000,00
29/12/2016	JCP	2,856858104	<u>35.000.000,00</u>
			<u>89.000.000,00</u>

3 - Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A Companhia distribuiu juros sobre o capital próprio, atribuído ao lucro do exercício de 2016, no montante de R\$ 89 milhões, correspondentes a 42% do lucro líquido do exercício (R\$ 211 milhões).

4 - Informar o montante global e o valor por ação de dividendos, distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

A Companhia não distribuiu dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5 - Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados:

a) O valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por cada espécie de ação

Não existe saldo de valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, deduzidos os dividendos antecipados e os juros sobre o capital próprio, já declarados.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio

Não existe saldo de valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e sobre os juros sobre o capital próprio

Não existe saldo de valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados.

d) A data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio, considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não existe saldo de valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados.

6 - Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio, já declarados

Foram declarados Juros Sobre Capital Próprio no valor total de R\$ 89.000.000,00 no período.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

<u>Início Pagto.</u>		<u>Vlr. p/ação</u>	<u>Valor Pago</u>
06/05/2016	JCP	0,979494207	12.000.000,00
01/07/2016	JCP	1,224367759	15.000.000,00
01/09/2016	JCP	1,224367759	15.000.000,00
05/12/2016	JCP	0,979494207	12.000.000,00
29/12/2016	JCP	2,856858104	35.000.000,00
			<u>89.000.000,00</u>

7 - Fornecer tabela comparativa, indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Lucro líquido (R\$)	Nº Ações	Vlr. p/Ação
2016	211.190.029,85	12.251.221	17,24
2015	95.978.994,83	12.251.221	7,83
2014	184.354.542,78	12.251.221	15,05

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio, distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Dividendo Declarados no Exercício (R\$)	Nº Ações	Div. p/Ação	Dividendo Pagos no Exercício (R\$)
2016	0,00	12.251.221	0,00	0,00
2015	120.000.000,00	12.251.221	9,79	120.000.000,00
2014	25.083.105,03	12.251.221	2,05	25.083.105,03

Ano	JCP Declarados no Exercício (R\$)	Nº Ações	JCP p/Ação	JCP Pagos no Exercício (R\$)
2016	89.000.000,00	12.251.221	7,26	136.000.000,00
2015	60.000.000,00	12.251.221	4,90	13.000.000,00
2014	47.000.000,00	12.251.221	3,84	47.000.000,00

8 - Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

No exercício social de 2016, foram destinados R\$ 10.559.501,49 à reserva legal.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	%	R\$
Lucro de 2016		211.190.029,85
Destinação de Lucros à Reserva Legal	5%	10.559.501,49

9 - Informar, caso a companhia detenha ações preferências, com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica a Monteiro Aranha S.A., pois todas as ações emitidas são ordinárias nominativas.

10 - Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

		R\$
Lucro Líquido		211.190.029,85
(-) Reserva Legal 5%		(10.559.501,49)
Realização do Custo atribuído ao imobilizado		416.000,00
Base de Cálculo		201.046.528,36
% Dividendos Obrigatórios	25%	50.261.632,09

JCP atribuído aos Dividendos Mínimos Obrigatórios	50.261.632,09
JCP distribuídos no Exercício	38.738.367,91

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não existem dividendos obrigatórios retidos.

11 - Informar, caso haja retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não existem dividendos obrigatórios retidos.

12 - Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Não se aplica, pois a Companhia não possui contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica, pois a Companhia não possui contingências.

c) Explicar por que a perda foi considerada provável

Não se aplica, pois a Companhia não possui contingências.

d) Justificar a constituição da reserva

Não se aplica, pois a Companhia não possui contingências.

13 - Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não existe reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem a reserva

Não existe reserva de lucros a realizar.

14 - Havendo destinação de resultado para reserva estatutária:

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não existe reserva estatutária.

b) Identificar o montante destinado à reserva

Não existe reserva estatutária.

c) Descrever como o montante foi calculado.

Não existe reserva estatutária.

15 - Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção

Não existe retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não existe retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16 - Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais:

a) Informar o montante destinado à reserva

Não existe destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação

Não existe destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

**ANEXO III - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (Item 13 da
Instrução CVM 480/2009)**

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a) objetivos da política ou prática de remuneração

Oferecer aos administradores da Companhia um pacote de remuneração que os recompense adequadamente, respeitando a legislação vigente e o nível de competitividade de acordo com os parâmetros de mercado.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração e do Comitê de Coordenação Executiva, eleito pelo Conselho de Administração, recebem remuneração fixa e outros benefícios, entre os quais assistência médica, plano de previdência e seguro de vida com o objetivo de recompensá-los adequadamente, respeitando a legislação vigente e o nível de competitividade de acordo com os parâmetros de mercado.

Diretoria Estatutária

Os membros da diretoria estatutária recebem remuneração fixa e outros benefícios, entre os quais assistência médica, plano de previdência e seguro de vida com o objetivo de recompensá-los adequadamente, respeitando a legislação vigente e o nível de competitividade de acordo com os parâmetros de mercado.

Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, observará o previsto no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76, ou seja, será estabelecida em valor equivalente, no mínimo, a 10% da remuneração média mensal de cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Nos últimos três exercícios sociais, o Conselho Fiscal não foi instalado.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2016	2015	2014
Conselho de Administração			
Honorários fixos:	57%	63%	92%
Benefícios:	43%	37%	8%
	100%	100%	100%
Diretoria Estatutária			
Honorários fixos:	78%	83%	92%
Benefícios:	22%	17%	8%
	100%	100%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

As remunerações do Conselho de Administração e da Diretoria são estabelecidas anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta dos acionistas.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Assegurar a competitividade de mercado do pacote de remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Em 2016, 3 conselheiros renunciaram ao direito de seus honorários.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O Conselho de Administração e a Diretoria recebem remuneração fixa, aprovada em Assembleia Geral Ordinária, e não recebem remuneração baseada em indicadores de desempenho.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O Conselho de Administração e a Diretoria não recebem remuneração baseada em indicadores de desempenho.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Em sua maioria, os Diretores e os membros do Conselho de Administração são acionistas da Companhia, o que propicia um alinhamento de longo prazo aos interesses da Companhia.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Em 2016, houve remuneração à título de pró-labore à Diretoria Estatutária, no valor de R\$ 21.120,00, suportada pela controlada Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.

Nos anos de 2015 e 2014, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não paga nenhuma remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Exercício Social de 2017 – Previsto (*)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00		13,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00		11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	400.000,00	6.700.000,00		7.100.000,00
Benefícios direto e indireto	1.300.000,00	2.050.000,00		3.350.000,00
Participações em comitês	1.150.000,00	0,00		1.150.000,00
Outros (INSS)	310.000,00	1.340.000,00		1.650.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS – ÔNUS DA COMPANHIA	INSS – ÔNUS DA COMPANHIA		INSS – ÔNUS DA COMPANHIA
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração (**)	3.160.000,00	10.090.000,00		13.250.000,00

(*) Remuneração total prevista para o Exercício Social de 2017 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

Remuneração total do Exercício Social de 2016 (*)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,67	4,00		13,67
Nº de membros remunerados	6,67	4,00		10,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	400.000,00	6.270.236,40		6.670.236,40
Benefícios direto e indireto	1.047.308,61	1.732.458,47		2.779.767,07
Participações em comitês	993.845,20	0,00		993.845,20
Outros (INSS)	278.769,04	1.254.047,28		1.532.816,32
Descrição de outras remunerações fixas	INSS – ÔNUS DA COMPANHIA	INSS – ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável	0,00	0,00		0,00
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões				
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00		0,00
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
Observação	Houve redução de um membro do Conselho de Administração por falecimento durante o ano de 2016. O número de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no Ofício Circular / CVM / SEP / Nº	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o Ano de 2016. O número de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no Ofício Circular / CVM / SEP / Nº		
Total da remuneração (**)	2.719.922,85	9.256.742,15		11.976.664,99

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2016 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

Remuneração total do Exercício Social de 2015 (*)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,75	4,00		14,75
Nº de membros remunerados	8,00	4,00		12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	485.000,00	5.940.940,00		6.425.940,00
Benefícios direto e indireto	755.511,94	1.247.638,14		2.003.150,08
Participações em comitês	779.794,00	0,00		779.794,00
Outros (INSS)	252.958,80	1.188.188,00		1.441.146,80
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		INSS - ÔNUS DA COMPANHIA
Remuneração variável	0,00	0,00		0,00
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões				
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00		0,00
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
Observação	Houve renúncia de um membro do Conselho de Administração durante o ano de 2015. O número de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2016.	Houve a renúncia do Diretor Presidente e de Relação com Investidores, e a eleição de novo Diretor Presidente e de novo Diretor de Relação com Investidores durante o ano de 2015. O número de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2016.		
Total da remuneração (**)	2.273.264,74	8.376.766,14		10.650.030,88

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2015 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

Remuneração total do Exercício Social de 2014 (*)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,00	4,00		16,00
Nº de membros remunerados	10,00	4,00		14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	600.000,00	5.919.101,05		6.519.101,05
Benefícios direto e indireto	109.363,52	493.622,64		602.986,16
Participações em comitês	682.184,00			682.184,00
Outros (INSS)	278.309,50	1.282.544,74		1.560.854,24
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		INSS - ÔNUS DA COMPANHIA
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	Não houve substituição no Conselho de Administração durante o Ano de 2014. O número de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2016.	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o Ano de 2014. O número de membros de cada órgão foi apurado da forma prevista no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2016.		
Total da remuneração (**)	1.669.857,02	7.695.268,43		9.365.125,45

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2014 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não remunera seus administradores com remuneração variável.

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

	<u>Total de Ações</u>	<u>%</u>
Conselho de Administração	4.667.167	38,10
Diretoria	203.669	1,66
Total	<u>4.870.836</u>	<u>39,76</u>

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	<u>Ano: 2016</u>	Conselho de Administração	Diretoria
(b)	Número de Membros	9	4
(c)	Nº de membros remunerados	1	4
(d)	Nome do Plano	Bradesco FIC de Fundo de Investimento PGBL	Bradesco FIC de Fundo de Investimento PGBL
(e)	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	1	3
(f)	Condições para se aposentar antecipada	Não há	Não há
(g)	Valor Atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	5.611.277	9.513.336
(h)	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	115.433	766.484
(i)	Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. Proporcional desde que possua 10 anos de contribuição	Sim. Proporcional desde que possua 10 anos de contribuição

13.11 – Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho:

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	9,67	10,75	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	6,67	8,00	10,00
Valor da maior remuneração (Reais)	2.659.513,89	2.379.183,84	2.577.295,26	1.213.677,38	1.103.611,77	553.993,82
Valor da menor remuneração (Reais)	2.103.725,05	1.753.558,39	1.539.008,54	48.000,00	48.000,00	72.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	2.357.392,62	2.094.191,54	1.923.817,11	381.873,24	284.158,09	166.985,70

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração	
31/12/2016	Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados
31/12/2015	Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados
31/12/2014	Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Até a presente data, não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

% Remuneração das Partes Relacionadas/Total das Remunerações

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
2016	95%	100%	99%
2015	90%	95%	94%
2014	78%	67%	69%

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não existe remuneração ou quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia referentes à remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício social 2016 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total R\$
Controladores diretos e indiretos				0,00
Controladas do emissor		21.120,00		21.120,00
Sociedades sob controle comum				0,00

Exercício social 2016 - demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total R\$
Controladores diretos e indiretos				0,00
Controladas do emissor				0,00
Sociedades sob controle comum				0,00

Nos anos de 2015 e 2014, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

13.16 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.